



Índice

- 01** [Clima de apreensão entre índios e fazendeiros as vésperas do anúncio sobre conflito](#)
- 02** [Sete índios vão parar no hospital após confronto com a “polícia”](#)
- 03** [Índios perdem de novo no TRF-3 e ação sobre área de Sidrolândia chega ao STF](#)
- 04** [Para o MPF/RS, cultivo das terras por indígenas de Ligeiro é exemplo](#)
- 05** [Figueiró diz que Dilma empurra com a barriga impasse sobre índios e fazendeiros](#)
- 06** [MPF-MS investiga 30 pessoas por arrendamento de terras da União](#)
- 07** [Reunião entre produtores rurais e lideranças indígenas deve ser adiada](#)
- 08** [Questão indígena – Onde impera a lei do mais forte](#)
- 09** [Imbróglio indígena afasta investimentos do Mato Grosso do Sul](#)
- 10** [Ministro diz que retirada de terra indígena Awá terá PF, Ibama e Exército](#)



Clima de apreensão entre índios e fazendeiros as vésperas do anúncio sobre conflito
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.08.2013

Os índios pretendem ocupar as quatro propriedades (São Sebastião, Vassoura, Estrela e Furna da Estrela) que não retomaram e fazem parte dos 15 mil hectares.

As vésperas da data limite fixada pelo Governo Federal para anunciar uma solução para o conflito entre índios e fazendeiros no entorno da Reserva Indígena Buriti, produtores rurais e indígenas da estão apreensivos com a falta de uma solução efetiva do governo federal para desapropriação das terras que vão elevar a Reserva Buriti de 2.090 hectares para 17,2 mil hectares.

Indígenas preveem novas e iminentes invasões de fazendas, caso não o governo federal não apresente uma proposta financeira de compra das terras, anunciada pela presidente Dilma Rousseff. Os índios pretendem ocupar as quatro propriedades (São Sebastião, Vassoura, Estrela e Furna da Estrela) que não retomaram e fazem parte dos 15 mil hectares.

Os proprietários rurais avisam que vão resistir e que mais mortes podem acontecer. Dono da Fazenda Cambará, invadida há dois meses pelos indígenas, Vanth Vanni Filho admite que sem uma solução, nesta segunda-feira (5), há o risco de conflitos violentos. "Pode haver conflito sim e morte dos dois lados. Tem gente que nem está se importando mais se vai matar o u morrer. Ninguém aguenta mais. Ou tem atitude governamental ou vamos partir para o tempo antigo", afirmou o ruralista.

O cacique da Aldeia Buriti, Antonio Aparecido, confirma o clima de expectativa e de possibilidade de reação imediata caso não haja uma solução. "Vamos ver na segunda-feira de manhã, na reunião com a comissão. O governo prometeu comprar a terra. Se o governo não quiser confusão, vai ter de dar resposta na segunda", disse. "Tudo depende disso para a retomada de quatro áreas que falta para chegarmos aos 17 mil hectares", acrescentou.

Vanth Vanni reclamou do atraso na avaliação das 30 propriedades que estão em vias de passarem a integrar a Reserva Biriti. "Tivemos várias reuniões, mas ainda não começaram os trabalhos. O que a gente espera é ter na segunda-feira uma posição positiva. Estamos impedidos de trabalhar, no sufoco", reclamou o fazendeiro. "O governo tomou a frente e disse que ia resolver. Mandar aqui três ministros, reunir com a sociedade e governantes locais e não dar nenhuma resposta á população, aí é falta de autoridade", acusou ele, enfatizando que, havendo lacuna de ação estatal, as partes envolvidas podem acabar buscando solução direta, com possibilidade de invasão e retaliação.

Ricardo Bacha, dono da Fazenda Buriti, declarou que todos estão muito apreensivos, tanto índios quanto proprietários rurais. "Construiu-se nesse processo, com participação de vários

CONT.



atores, de que toda área do Buriti fosse comprada pelo governo federal, com a participação do Ministério da Justiça, do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que esteve aqui, da igreja, com o Dom Dimas avalizando esse acordo de compra das terras, com a AGU (Advocacia Geral da União)", lembrou Bacha.

"A presidente Dilma mandou comprar e foi isso que Gilberto Carvalho falou. Eu acredito que vão nos trazer uma proposta na semana que vem. Não posso imaginar que o governo da República seja irresponsável nesse nível de não cumprir o acordo", ponderou.

Para Bacha, o maior empecilho à solução é o Ministério da Justiça, que teria impedido que a equipe de avaliação fosse às áreas para dar os preços. "O Ministério da Justiça segurou. Sua intenção é de enrolar, tem a determinação de levar o problema com a barriga", atacou o fazendeiro. "Mas tenho esperança que a presidente da República mande mais do que seu ministro da Justiça", alfinetou.

Quanto ao risco de conflito, Ricardo Bacha lamenta que a trégua possa estar no fim. "Expectativa era de que a guerra lá já tivesse acabado, apesar de os índios continuarem matando gado, como tem ocorrido na fazenda da Dona Dalva, perseguindo e matando gado à bala e Força Nacional presente e omissa", afirmou o ex-deputado estadual e ex-secretário de Fazenda.

Apesar disso tudo, Bacha entende que há um cenário maior a ser considerado, que é justamente a desapropriação com pagamento de preço justo, em dinheiro e à vista pelas terras. "Fomos expulsos de nossa terra. Perdemos direito de trabalhar", observou o fazendeiro.

Indagado se já tem uma estimativa de quanto é o valor mínimo pela área de conflito, que inclui 30 fazendas somando 15,2 mil hectares, das quais pelo menos 25 estão invadidas, Bacha respondeu: "Não temos esse valor. Tem comissão nomeada para fazer isso. Tenho informação de que não desceu a campo porque o ministro Justiça segurou".

A crise na região é antiga, havendo fazenda que está invadida pelos indígenas há 13 anos. "É o caso de uma fazenda de um pessoal que plantava tomada, de italianos, do Edson", informou Vanni. (Com informações Campo Grande News)



Sete índios vão parar no hospital após confronto com a “polícia”

SÍTIO GAZETA NEWS, 04.08.2013

Vilson Nascimento

Sete guarani-kaiowá residentes na Aldeia Amambai, foram parar no hospital após se ferirem em confronto com a “polícia indígena”, na noite desse sábado, 3 de agosto, em Amambai.

Segundo informações passadas a Polícia Civil local, que atua no caso, jovens estariam ouvindo som alto e consumindo bebida alcoólica no interior da reserva indígena, quando moradores, supostamente se sentindo prejudicados com a algazarra, teriam acionados as lideranças da aldeia, que está entre as maiores da região Cone Sul de Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 9 mil índios.

Ao chegar ao local, a “polícia indígena” teria acabado entrando em confronto com os supostos arruaceiros, onde resultou em pelo menos sete feridos, porém nenhum com maior gravidade.

A “polícia indígena”

A polícia indígena, como é chamada pelos próprios índios, é formada por moradores das próprias aldeias, que escolhidos pelas lideranças, atuam como voluntários com o objetivo de manter a ordem dentro das comunidades guarani-kaiowá.

Sem validade jurídica, ou seja, inexistente de fato perante a legislação, mas reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a polícia indígena é subordinada às lideranças das reservas indígenas e age sob ordens do “capitão”, o líder maior da reserva.

Outras ocorrências

Na cidade a noite de sábado para domingo, 4 de agosto foi relativamente tranquila em Amambai

O Corpo de Bombeiros atendeu apenas um acidente de trânsito, onde um homem se feriu sem maior gravidade, ao sofrer uma queda de bicicleta e a Polícia Militar apreendeu um menor de idade conduzindo uma motocicleta.

Fonte: A Gazeta News



Índios perdem de novo no TRF-3 e ação sobre área de Sidrolândia chega ao STF
SÍTIO TUDO DO MS, 03.08.2013

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul, rejeitou os embargos de declaração do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) contra a decisão que considerou que a área da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, não pertence aos indígenas. Essa é a terceira decisão favorável ao fazendeiro Ricardo Bacha, dono de área, mas a pendenga judicial deve se prolongar, já que o MPF ingressou com Recurso Extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF).

A primeira decisão favorável a Ricardo Bacha, na disputa pela terra com os indígenas, foi prolatada em primeiro grau pelo juiz federal Odilon de Oliveira. Diante de um recurso, o TRF-3 confirmou a decisão e agora, com os embargos declaratórios, rejeitados, manteve-a intacta.

“O Ministério Público e a Funai interpuseram os embargos para tentar anular a decisão anterior do TRF e foi negado, com o Tribunal reafirmando que a terra não é indígena”, comemorou Ricardo Bacha.

Segundo o advogado de Bacha, Newley Amarilla, a primeira decisão do TRF-3 tinha sido proferida em dezembro do ano passado e a referente aos embargos foram publicadas em julho deste ano. “Agora o Ministério Público ingressou com Recurso Extraordinário no STF”, explicou.



Para o MPF/RS, cultivo das terras por indígenas de Ligeiro é exemplo
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 03.08.2013

Soluções lícitas e mais rentáveis que o arrendamento tendem a se estabelecer nas comunidades indígenas

Procuradoria da República no Rio Grande do Sul

Os inquéritos civis públicos instaurados pelo Ministério Público Federal em Erechim (RS) para viabilizar a gestão territorial e ambiental de terras indígenas já surtiram resultados práticos. Uma mudança de paradigma foi a fundação, nesta semana, da Cooperativa Agroindustrial Indígena da comunidade de Ligeiro, no município de Charrua, para o plantio e a comercialização de alimentos. O evento destacou a importância da iniciativa para que os indígenas vivam em melhores condições de vida.

De acordo com o procurador da República Ricardo Gralha Massia, que participou do encontro, a união por meio de cooperativas só traz benefícios aos indígenas.

“A formalização da união dos indígenas para a comercialização do que produzirem em suas terras, por meio da criação de cooperativas, não só lhes trará benefícios comerciais e financeiros, colocando-os no mercado em pé de igualdade com os grandes produtores rurais, como também atribuirá maior transparência ao processo de exploração das terras indígenas, o que facilitará a fiscalização pelos órgãos competentes”, destaca o procurador da República.

O MPF atuará promovendo a participação da comunidade, da FUNAI e das demais entidades responsáveis no processo de formação do plano de gestão territorial e do uso do potencial produtivo. O objetivo é fortalecer a organização das comunidades indígenas e das práticas culturais, respeitando a autonomia sociocultural e as especificidades de cada povo indígena.

Diretrizes - O Ministério Público Federal em Erechim instaurou inquéritos civis públicos para viabilizar a gestão territorial e ambiental de terras indígenas dentro das regras instituídas pelo Decreto nº 7.747/2012. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, estabeleceu diretrizes, objetivos e instrumentos destinados à autossustentabilidade e à repartição das riquezas das terras pelos próprios indígenas.



Figueiró diz que Dilma empurra com a barriga impasse sobre índios e fazendeiros
SÍTIO FRONTEIRA NEWS, 03.08.2013

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou a proposta que está sendo aventada pelo governo federal de arrendar as propriedades rurais invadidas por indígenas em Mato Grosso do Sul, até que o Supremo decida sobre os embargos declaratórios a respeito da reserva Raposa Serra do Sol (RR). A decisão do STF vai balizar todas as outras demarcações de terras indígenas no Brasil.

Em discurso no Plenário do Senado nesta sexta-feira (02), Figueiró informou que o governo federal havia sinalizado há pouco mais de 40 dias que iria indenizar os produtores pelas terras. Na próxima segunda (05) deveria ser anunciado o valor a ser pago pelos 15 mil hectares da Terra Buriti, como é denominada pelos índios terenas. A área em litígio engloba 12 fazendas e fica entre os município sul-mato-grossenses de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

“Infelizmente tenho por dever alertar que o Governo Federal está, mais uma vez, tentando empurrar com a barriga este grave problema, retroagindo inclusive em algumas promessas feitas em encontro realizado em junho no Mato Grosso do Sul”.

O tucano fez um breve histórico da questão fundiária que se arrasta há mais de 13 anos na região, com a Justiça ora dando razão aos indígenas, ora aos produtores rurais. Ele explicou que da forma como deve ser apresentada pelo governo federal, os produtores receberiam pelo arrendamento da terra, uma espécie de aluguel. Se no futuro a área ficar com os produtores, os valores pagos seriam descontados da indenização a que teriam direito. Se for declarada terra indígena, o valor já pago seria considerado indenização pelas benfeitorias feitas pelos produtores.

“Essa proposta é inviável, ela tem tudo para tencionar e conflagrar o ambiente. Esta solução é boa apenas para a União que não precisaria desembolsar cerca de R\$ 2 bilhões de reais, valor estimado para garantir as indenizações em Mato Grosso do Sul”. Segundo o parlamentar o arrendamento não é bom nem para os produtores rurais, nem para os indígenas e apenas protela o problema.



MPF-MS investiga 30 pessoas por arrendamento de terras da União

SÍTIO RONDA DO MS, 04.08.2013

O Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS) investiga cerca de 30 pessoas, entre produtores rurais e índios, em dois processos relativos ao arrendamento de terras da União. As áreas ficam nos municípios de Dourados e Maracaju, segundo o procurador da república Marco Antônio Delfino. Para estudiosos, a prática tem relação histórica com a redução de áreas indígenas.

“Infelizmente é um processo que não é único, mas tem que ser combatido de forma permanente”, disse ao G1. Conforme ele, a área em Dourados tem cerca de 700 hectares, enquanto em Maracaju aproximadamente 150 hectares.

Segundo informações do MPF, o arrendamento ocorreu entre 1996 e 2008. As áreas eram arrendadas por produtores, que pagavam valores irrisórios a indígenas. À polícia, fazendeiros e índios chegaram a alegar “parcerias” na plantação de soja e milho, o que foi desmentido de acordo com inquérito policial. Em 2011, o MPF propôs à comunidade indígena um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Ficou comprovado que os produtores detinham todo o processo de produção e pagavam valores irrisórios como R\$ 100 por alqueire em alguns casos ou R\$ 2 mil por safra. Em outro caso, ainda conforme informações do MPF, foram pagos R\$ 3 mil ao ano por sete hectares de terra. As investigações apontaram que as práticas ocorreram com frequência em Dourados.

Terras indígenas pertencem à União e aos índios cabe uso exclusivo das áreas, conforme disposto no artigo 20 da Constituição Federal. O arrendamento é proibido em lei e configura crime, cabendo pena de detenção, que vai de um a cinco anos e multa.

Nos últimos dias, Dilma recebeu representantes de entidades ligadas à juventude, direitos homossexuais, movimentos urbanos e de moradia, além do Movimento Passe Livre, que deu origem à onda de manifestações pelo país.

Prática antiga

Delfino afirma ao G1 que a prática de arrendamento de terras da União é um problema histórico. “A prática começa em 1960 pela antiga Fundação Nacional do Índio (Funai) e não havia proveito nenhum para os índios. Os chefes de postos [antigo Serviço de Proteção ao Índio – SPI] arrendavam terras kadiwéu para produtores rurais”, explica em referência à área no município de Bodoquena, que fica a 260 quilômetros de Campo Grande.

Conforme o procurador, foram registrados também casos na região Sul do estado em que a prática chegou até a fase da colheita da produção. Mesmo com o aspecto histórico, segundo informações do MPF, não há processos relativos a arrendamento de terras da União em outras cidades, além dos investigados em Dourados e Maracaju.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2013

Brasília, 05 de agosto de 2013.

Delfino afirma que indígenas flagrados pelo MPF nas práticas ilegais foram responsabilizados. "O arrendamento só existe porque há uma pessoa que arrenda: a pessoa que sabe que aquela terra é da União e, mesmo assim, vai lá e tenta cooptar [índios]".

Para o historiador e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado, ao longo dos anos, o arrendamento praticado pelo antigo SPI foi uma forma de redução das áreas indígenas. Segundo ele, o processo faz com que índios não usufruam das terras e, posteriormente, fazendeiros acabavam conseguindo a titularidade das terras.

"Essa prática de arrendar, inicialmente, não era dos índios, mas do próprio órgão indigenista oficial [SPI]. Com o tempo os índios adotaram a prática, mas o arrendamento acirra a pobreza, porque os indígenas não tem área de plantio e vivem em situação de miséria", explica.

Os lados

O presidente do Sindicato Rural de Dourados, Marisvaldo Zeule, disse ao G1 desconhecer a prática de arrendamento de terras na região. "Agora, se existir alguém que arrenda, não comungamos com isso. Nós vamos pela legalidade, o que não for, que os responsáveis respondam", declara.

O G1 também entrou em contato com a Funai de Dourados para comentar o caso, mas até o fechamento desta reportagem não teve retorno.

- G1 MS



Reunião entre produtores rurais e lideranças indígenas deve ser adiada

SÍTIO CAARAPO NEWS, 04.08.2013

Deve ser adiada para o próxima quarta-feira (7), a reunião que estava marcada para esta segunda-feira (5) na Governadoria do Estado, entre lideranças indígenas, entidades que representam os produtores rurais do MS, Funai, governo federal e o estadual, CNJ, Tribunal de Justiça e o Ministério Público Federal.

A informação é do líder indígena Lindomar Ferreira, terena da Aldeia Cachoeira, de Miranda, que participou das reuniões anteriores.

Neste domingo à tarde, a pedido da reportagem, Lindomar solicitou esclarecimento por e-mail à presidente da Funai em Brasília, Maria Augusta Assirati, que lhe retornou avisando que a reunião foi adiada para dia 7, próxima quarta-feira. Segundo Maria Augusta, a Regional da Funai no MS comunicará às partes o adiamento.

Na verdade, os dirigentes da Acrisul, também consultados pela reportagem, não sabiam se a reunião de amanhã seria mantida ou não, por falta de comunicado oficial do governo federal. Nem o presidente Chico Maia, nem a advogada que também participa das reuniões, Luana Ruiz, não tem como dizer ao certo se a reunião seria realizada amanhã.

"Sempre recebemos comunicados do governo federal, e-mails, mas dessa vez, nada" explicou a advogada da Acrisul.

Entre outras coisas, a reunião deve decidir o futuro dos 15 mil hectares da chamada 'Terra Buriti', pleiteados pelos terenas, situada entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Na região, duas fazendas já foram ocupadas, e foi na Buriti que morreu o indígena Oziel Gabriel, de 35 anos, depois de tiroteio que envolveu a Polícia Federal, alocada para fazer a reintegração de posse, suspensa depois do fato grave.

A Terra Indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia Terena, depois de estudos antropológicos e arqueológicos realizados há dez anos, em 2003.

Os autores são os sul-mato-grossenses Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira, que se formaram na PUC-RS, UFMS, USP e UFGD. A área de 17,2 mil hectares foi delimitada, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

A expectativa é que o governo federal traga uma proposta para por fim aos conflitos na região, mas há dúvidas quanto ao seu teor. Não se sabe, até aqui, se haverá compra das terras e a homologação da área, ou uma espécie de 'arrendamento', como chegou a ser ventilado como proposta federal (não confirmada) pelo coordenador da Comissão Sobre a Questão Indígena, desembargador do TJ/MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), Sérgio Fernandes Martins.

CONT.



Se essa for a proposta, arrendamento, os dois lados em conflito não vão acatá-la. "Isso é um absurdo. A Constituição não permite", afirmou Lindomar Ferreira.

Segundo a liderança terena, "a expectativa é a melhor possível, porque a gente está esperando que no dia 7 o governo possa apresentar situações concretas, um cronograma".

Lindomar expressou o sentimento dos indígenas caso a expectativa não seja contemplada. "De cara, já vamos nos posicionar contra arrendamento, como vai pagar aluguel de coisa que é a sua. Arrendar não é solução. O governo pediu para estar nessa situação hoje. A Constituição diz que a terra indígena não pode ficar sem demarcação por mais de cinco anos. Interesses políticos e econômicos deixaram os pequenos pra trás. A gente não quer mais promessas".

Segundo a advogada Luana Ruiz, da Acrisul, esse pode ser todo o problema. "Se os índios não aceitarem a proposta do governo federal, vão se revoltar e sair invadindo fazendas de novo, e os fazendeiros não vão ficar sentados, assistindo. Vão reagir", declarou a advogada. O próprio presidente da Acrisul, Chico Maia, já havia expressado essa posição.

Segundo Luana Ruiz, em uma das reuniões setoriais, a que analisa as questões jurídicas das desapropriações, a coordenadora do Ministério da Justiça informou que a União não vai pagar títulos de propriedade de terras emitidos pelo Estado do MS.

"Ora, todos os nossos títulos são emitidos pelo Estado, então não vai pagar nada? Então porque chamou para conservar e colocou essa expectativa para os índios?" declarou a advogada.

Sobre os valores das terras indenizáveis, Luana Ruiz acrescentou que na comissão que apura o valor das fazendas a serem desapropriadas, a informação é que a "avaliação não é pontual, não é decisiva, é uma avaliação genérica, vai colocar lá um número, como no Incra - um valor genérico por região".

Se a proposta do governo federal for efetivada nestes termos, os próprios fazendeiros poderão não acatá-la, e a situação cairá num impasse, que pode levar a novos confrontos no estado, com consequências imprevisíveis.

No MS, segundo a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) são 65 fazendas ocupadas. A federação estima que sejam necessários mais de R\$ 1 bilhão para todas as indenizações.

Só as terras da Fazenda Buriti, de Ricardo Bacha, está estimada em R\$150 milhões, mas o governo federal não deve concordar com esse valor.



Questão indígena – Onde impera a lei do mais forte

SÍTIO REVISTA FORUM, 04.08.2013

Números da violência contra a população indígena no estado do Mato Grosso do Sul impressionam e representam um cenário de abandono e omissão do poder público

Por Igor Carvalho

Eram 6h da manhã em Paranhos, cidade distante 469 quilômetros de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, quando Alessandro Figueiredo, índio da etnia guarani-kaiowá, entrou correndo na aldeia Paraguassu clamando por socorro. Vinte minutos antes, havia visto seu filho ser assassinado com dois tiros.

Celso Figueiredo caminhava com o pai até a fazenda Califórnia, próxima à aldeia Paraguassu, para receber a quitação de serviços prestados que totalizavam R\$ 600, um pagamento atrasado havia dois meses. Quando atravessavam a ponte que passa sobre o rio Iguatemi, um homem encapuzado saltou da moto que dirigia, apontou uma espingarda e atirou no indígena, que caiu. Alessandro ainda teve tempo de ver quando o algoz puxou da cintura uma pistola e disparou contra o peito de seu filho.

Doze dias antes, em 30 de maio, na cidade de Sidrolândia, a 69 quilômetros de Campo Grande, policiais federais, militares e agentes da Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe) cumpriram uma determinação judicial de reintegração de posse na fazenda Buriti. Quatrocentos indígenas da etnia terena ocupavam a fazenda havia 15 dias.

Segundo os terenas, quando chegaram, às 6h da manhã, os agentes entraram na propriedade atirando. O indígena Oziel Gabriel, pai de dois adolescentes, um de 12 e outro de 15 anos, tomou um tiro e foi assassinado. Jabez Gabriel, irmão da vítima, se recorda da manhã do dia 30 de maio. "O clima era de guerra. Chegaram no acampamento sem dialogar, usando bomba de efeito moral, depois começaram a atirar com balas de borracha e usaram armas letais."

A equipe de reportagem do sítio Midiamax acompanhou as forças policiais no momento da reintegração de posse e relatou que os índios resistiram com estilingues e pedaços de pau, mas foram encurralados na fazenda. "Os policiais, protegidos com escudos, chegaram atirando balas de borracha num grupo de índios que estavam às margens de uma estrada vicinal. Um dos índios foi atropelado por uma viatura da PM", conta a reportagem.

Jabez explicou que a morte do irmão foi consequência de um gesto mal interpretado. "Quando a polícia estava usando arma letal, meu irmão abaixou para pegar a câmera que estava carregando, para filmar os policiais. Nesse momento, eles atiraram."

"O Estado brasileiro assassinou o meu irmão"

CONT.



Celso Figueiredo e Oziel Gabriel são apenas dois casos que ajudam a remontar um cenário de descaso e violência com a população indígena no Mato Grosso do Sul. Quando Jabez diz "o Estado brasileiro assassinou meu irmão", essa afirmação ecoa para além da bala que partiu de um agente desse Estado, e se relaciona com os conflitos por terra na região.

"Nem uma sentença judicial, nem o emprego da força policial, nem a recusa do governo em demarcar o seu território tradicional farão os guaranis-kaiowás desistir. Resta-lhes uma derradeira e macabra alternativa: a morte coletiva." A afirmação é do bispo do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Erwin Kräutler, no texto de abertura do relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil", da entidade que preside, e demonstra a determinação dos indígenas em recuperar seu tekoha (terra que aglutina elementos da natureza, onde se realiza o teko, que significa "modo de ser", da vida guarani).

No Mato Grosso do Sul, a resistência indígena levada até o limite da morte parece ser um destino mais que provável. O relatório elaborado pelo Cimi traz números alarmantes de homicídios no estado. Em 2012, 60 indígenas foram assassinados no Brasil, e 61%, ou 37 casos, ocorreram na região. Em 2011, haviam sido 51 assassinatos em todo o País, sendo 32 de índios sul-matogrossenses.

"Nós vivemos um Estado de exceção", diz Flávio Machado, coordenador regional do Cimi. As estatísticas da década apontam para um aumento considerável nos dados relacionados à violência contra indígenas. Em 2003, 13 índios foram assassinados no Mato Grosso do Sul, 33% dos 42 casos do País. O pico aconteceu em 2007, com 92 homicídios, 53 só no estado do centro-oeste. Em 10 anos, foram 563 assassinatos de índios no Brasil. Destes, 317, ou 56%, ocorreram no MS, em média 31,7 mortes a cada 12 meses.

O Cimi distingue os estágios de violência contra a população indígena entre interna, de índio contra índio; e a externa, de não índios contra índios. Porém, em ambos os casos, o problema passa pelo conflito fundiário. "A maior é a violência interna, mas relacionamos ela à questão territorial também. As aldeias que mais registram casos de homicídio entre índios são superpopulosas, como a aldeia de Dourados, que tem uma população de 14 mil índios vivendo em 2,6 mil hectares. Lá, o índice de homicídios é de 146 mortos para cada 100 mil pessoas, enquanto a média nacional é de 24 casos para 100 mil pessoas", compara Machado. Em contrapartida, ele explica que nas terras onde existe conforto demográfico, os "índices praticamente zeram, na maioria delas não há registros de homicídios, pois todos têm espaço para plantar e morar."

Êxodo indígena

Índios terenas e kadiwéu serviram o Brasil na Guerra do Paraguai, porém, quando retornaram, tinham perdido suas terras. As demais etnias sofreram com a política oficial de desapropriação de suas terras pelo colono branco, com titulação fornecida pelo Estado, segundo o Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul, em seu relatório "Tekoha 3".

Desde então, os indígenas que não foram confinados em pequenas aldeias circulam pelo País, em busca de seu tekoha, sua terra de origem. Machado conta o início do êxodo indígena em

CONT.



busca de seu território. "A partir da década de 1980, os índios começam a se organizar e retornar para as suas terras. Por conta desse avanço, começam a ser perseguidos. A primeira liderança assassinada por conta desse processo de retorno foi Marçal de Souza, em 1983."

Segundo o Cimi, de dez guaranis-kaíowás assassinados nos últimos dez anos diretamente por sua atuação na luta pela terra, pelo menos oito são lideranças. "Somente os que estão com inquérito aberto, sem contar os demais", afirma Machado, antes de enumerar todos os homicídios: "Marcos Veron [2003], Dorival Benitez [2005], Dorvalino Rocha [2005], Zulita Lopes [2007], Ortiz Lopes [2007], Rolindo Verá e Genivaldo Verá [2009], Teodoro Ricardo [2010], Nízio Gomes [2011] e Denilson Barbosa [2013]."

No Mato Grosso do Sul, terras indígenas representam um total de 859 mil hectares da área do estado, enquanto as plantações de soja ocupam 2 milhões de hectares e as pastagens para criação de gado tomam mais de 16 milhões de hectares do solo sul mato-grossense, de acordo com a Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul). Vivem, no Brasil, mais de 896 mil índios. O Mato Grosso do Sul é responsável pela segunda maior concentração indígena do país, com uma população de 77 mil índios, divididos em nove etnias: Atikum, Guato, Ofaié, Kadiwéu, Kinikinawa, Kama, Terena e a maioria de guaranis e kaíowás, que somam 44 mil pessoas.

Muitas das aldeias no estado, na verdade, são acampamentos e estão constituídas em beira de estrada ou áreas improdutivas, sem energia, água ou esgoto. "As nossas condições são precárias, muitas vezes passamos fome aqui, as crianças ficam sem comida. A saúde vai mal, não se pode plantar nada, pois os fazendeiros colocam veneno em todo o solo e os rios são poluídos", explica Ambrósio Ricardi, cacique da aldeia Nhaderu Marangatu.

Esses acampamentos são mantidos nos tekohas, pois é uma forma que os índios encontraram de chamar a atenção das autoridades e requerer as terras originárias, um direito constitucional. O artigo 231 da Constituição brasileira diz: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." Por essa garantia constitucional, lutam os 77 mil índios sul mato-grossenses.

Para ser reconhecida como posse por direitos originários, uma propriedade precisa passar por cinco estágios: estudo; delimitação, declaração, homologação e regularização (ver quadro abaixo). Segundo dados da Funai, existem 672 terras indígenas no Brasil, sendo que, destas, 428 estão regularizadas. As terras indígenas ocupam, hoje, 13% do território nacional, ou 113 milhões de hectares. Porém, o processo de homologação dos territórios caminha a passos lentos, em especial, desde 2002, início das gestões petistas na Presidência do Brasil. "Na nossa concepção, não está se demarcando mais terras por uma questão política-ideológica, aquela de que 'terras indígenas deixam de ser produtivas', priorizando, assim, o agronegócio. Projetos que antes estavam parados havia 20 ou 30 anos, de impacto em terras indígenas, hoje estão caminhando, como Belo Monte, que o governo Lula resgatou e enfiou goela abaixo na população da região", afirma Machado.

CONT.



O dever constitucional e a tarefa de manter viva a cultura matriz do País não tem feito parte da agenda da presidenta Dilma Rousseff, que tem o pior desempenho entre os presidentes pós-ditadura militar no que tange à homologação das terras indígenas. Somados, Lula (81) e Dilma (8) não chegam a quantidade de terras homologadas por Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de mandato (118). José Sarney (39), Fernando Collor (58) e Itamar Franco (39) completam a lista.

O PIB positivo

Das oito terras indígenas homologadas por Dilma, nos mais de dois anos de governo, nenhuma fica no Mato Grosso do Sul. O reconhecimento do território dos índios esbarra na volúpia econômica no mundo rural brasileiro, que tem como carro chefe o estado do centro-oeste.

A prosperidade do agronegócio foi responsável, no primeiro trimestre de 2013, pelo crescimento de 0,6% da economia brasileira. Os negócios no campo cresceram 9,7% em relação ao final de 2012, foi a maior alta trimestral desde 1998. Os números são da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que prevê um crescimento de 9% em 2013. Os números garantem, aos produtores rurais, poder político para negociar suas reivindicações. O peso econômico do agronegócio e sua representação parlamentar em Brasília, a bancada ruralista, podem justificar a escassez de demarcações de terras e políticas públicas de apoio aos indígenas, por parte do governo federal.

"Nossa paciência está acabando. Nós sempre vamos perder. Mas nós não temos medo da morte, se for preciso, resistiremos até a morte para que as próximas gerações tenham direito à terra dos nossos antepassados", afirmou Otoniel Ricardo, uma das mais influentes lideranças do Aty Guasu, grande assembleia do povo guarani-kaiowá, que já foi vereador na cidade de Caarapó, a 240 quilômetros de Campo Grande. Para o ex-parlamentar, a influência política tem feito a diferença. "Nós nunca fomos recebidos pela Dilma. Ela nunca sentou para conversar com nenhum índio, enquanto isso, os ruralistas estão tomando conta do Congresso."

A afirmação de Otoniel encontra respaldo nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Hoje, 214 dos 513 deputados da Câmara, ou seja, 41,7%, estão alinhados ou fazem parte da chamada bancada ruralista. Com tamanha influência, os fazendeiros comemoraram a chegada, em Brasília, de projetos que atendem às necessidades do agronegócio.

Foi aprovada, em abril, na Comissão de Constituição e Justiça, a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 215, que transfere o poder de demarcações de terras indígenas do Ministério da Justiça para o Congresso Nacional. Os parlamentares querem que a PEC seja votada ainda em 2013. Com 42,7% dos parlamentares votando a favor das pautas da "bancada ruralista", não fica difícil imaginar, caso a PEC 215 seja aprovada na Câmara, que a demarcação de terras indígenas passará a obedecer somente a critérios políticos, correndo o risco de sofrer atrasos.

Buriti

Em Sidrolândia, um caso emblemático das demarcações de terras indígenas no país: uma área
CONT.



de 17,2 mil hectares é motivo de um processo moroso que já dura quase um século. O antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) declarou, em 1926, que Buriti era terra indígena e demarcou 2 mil hectares para que os terenas morassem. Não satisfeitos e entendendo que área deveria ser maior, os terenas organizaram uma comitiva de índios que foi de Sidrolândia até o Rio de Janeiro, sede do governo federal à época, para reivindicar os demais 15,2 mil hectares. Não obtiveram sucesso.

Em 2001, a Funai confirmou a área como território indígena, deixando o caminho aberto para a reivindicação do direito originário sobre a terra. Mas em 2004, a Justiça Federal, em primeira instância, devolveu as propriedades aos fazendeiros. Mais dois anos tramitando e o processo sofreu nova reviravolta. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, devolveu aos indígenas a posse da terra, após recurso da Funai e do Ministério Público Federal. Um novo recurso dos proprietários foi julgado em junho deste ano pelo TRF, em São Paulo, dando parecer favorável aos ruralistas. Fruto da decisão judicial, a reintegração de posse foi determinada e determinante para a morte do terena Oziel Gabriel.

Hoje, existem 32 fazendas nos 17,2 mil hectares, 17 delas estão ocupadas por terenas. São 5 mil índios que vivem nos 2 mil hectares registrados. "A situação aqui é difícil, vivemos em acampamentos improvisados, sujeitos a todo tipo de violência. Os capangas e pistoleiros dos fazendeiros passam de noite fazendo barulho, até tiro para o alto já deram", conta Jabez Gabriel.

"Terra para quem trabalha e produz"

Na outra ponta do dilema fundiário no Mato Grosso do Sul, estão os produtores rurais como Alvimar Costa, da cidade de Três Lagoas, que acreditam que o progresso econômico deva se sobrepor à cultura indígena. "Na mão do produtor rural, uma terra gera emprego e impostos, na mão do índio não. Por quê? Porque o índio não produz. O índio recebe salário da Funai. Eu desafio qualquer um a ir nas reservas indígenas e encontrar plantações."

O discurso proferido por Costa é comum entre os produtores rurais que se reuniram em 14 de junho, durante o ato "Onde tem Justiça, tem espaço para todos" da Famasul, em parceria com a CNA. A manifestação, que aconteceu na pequena Nova Alvorada do Sul, no Mato Grosso do Sul, foi chamada para protestar contra as demarcações de terras indígenas.

O protesto dos ruralistas em nada lembrava as manifestações de movimentos pelo Brasil: um grande palco, com sistema de som, dois telões, milhares de cadeiras, a presença de inúmeros parlamentares e um grande almoço para celebrar o encontro. Os produtores levaram seus tratores e máquinas agrícolas para desfilar durante o evento, além de estenderem faixas com dizeres como: "Terra para quem trabalha e produz" e "Chega de invasão". Os protestos ocorreram em sete estados, simultaneamente.

O tom do ato podia ser notado na carta, enviada pelo líder da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS), para produtores rurais e cooperativas do país inteiro convidando para as manifestações. No documento, ele afirma que as demarcações de terras indígenas prejudicam os "legítimos interesses nacionais" e que acaba

CONT.



por provocar no mercado um "temor em produzir riquezas no país."

A grande estrela do evento foi a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), a representante mais notória da bancada ruralista. Ela parou o evento quando chegou, foi bajulada por todos, recebeu presentes e elogios dos fazendeiros pelas botas que calçava, repleta de brilhantes. Na área de imprensa, a parlamentar concedeu uma entrevista coletiva. Diante das perguntas contemplativas da imprensa local, a senadora pediu o fim das "invasões" de terras no estado e descartou a possibilidade de negociações com a comunidade indígena. "Não podemos admitir diálogo com invasores de terra. Isso não dá, é um péssimo exemplo aos nossos jovens."

Dados da Famasul indicam que atualmente estão em curso 62 ocupações no estado, número que pode crescer. Otoniel Ricardo explica como os guaranis-kaiowás estão mapeando a região. "Temos, no Mato Grosso do Sul, 36 tekohas. Oito estão demarcados, 17 foram retomados [ocupados] e 11 serão retomados."

Como tem feito por onde passa, Kátia Abreu aproveitou a ocasião para criticar a Funai. "Todo ser humano precisa de limites, começa em casa, com nossos filhos. A Funai perdeu seus limites, deixou de ser um órgão republicano e passou a ser um órgão de militância política e ideológico."

A Funai é alvo de um pedido de CPI, feito pelo deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS), que alega que o Brasil precisa de um marco legal para definir os critérios de demarcação de terras indígenas.

"Vamos parar o Brasil"

O discurso do progresso econômico durante o ato em Nova Esplanada do Sul, foi reforçado por parlamentares da região, como o deputado estadual Márcio Monteiro (PSDB), coordenador da Frente Parlamentar do Agronegócio no Mato Grosso do Sul. "O país e o mundo precisam de alimentos. O agronegócio desenvolve uma cadeia que vai desde a indústria de equipamentos, fertilizantes e máquinas, passa pela indústria de rações, enfim... é uma cadeia que ajuda a mover o Brasil. As indústrias frigoríficas no nosso estado empregam mais de mil pessoas, cada uma delas."

A vida do homem e a cultura do país sendo alijada, em favorecimento do progresso econômico, incomoda a liderança terena, Jabez Gabriel. "O agronegócio está em primeiro lugar. Matar uma cultura, com línguas e costumes, isso não importa para eles [governos], o importante é o agronegócio, eu não tenho valor nenhum."

Durante o evento, produtores rurais dispararam contra governo federal, índios, Cimi, Funai e até a TV Morena, afiliada da Rede Globo no Mato Grosso do Sul, que está proibida de entrar em aldeias indígenas, por "influenciar negativamente a população contra os índios" segundo um cacique. Ruralistas gritavam, em vários momentos, que deviam parar o Brasil. "Se nós não abastecermos a nação, quem fará isso?", ameaçou um manifestante.

O produtor rural Tulio Denari tem uma propriedade em Sidrolândia. Para ele, o direito

CONT.



originário sobre a terra não deve ser levado em conta, por motivos históricos. "Isso é uma causa muito simpática. Os índios não eram uma nação quando os portugueses aqui chegaram, e eles não chegaram para tomar a terra dos índios, chegaram para conquistar um lugar que eles achavam que não tinha dono, e se tivesse dono...", finalizou para, em seguida, duvidar de uma solução para o impasse. "Isso não é um problema que pode ser resolvido hoje, algumas minorias acham que tem mais direito sobre outras majorias, não pode ser assim."

Denari ainda lamentou a condição da população indígena brasileira. "Os índios são uma população brasileira paupérrima. São pobres, ignorantes, sem estudos, sem condição de viver como os brasileiros merecem. Muitos brasileiros são pobres, mas dentro da população indígena isso é muito acentuado."

Alessandra Iglesias, também produtora rural, deu sua versão sobre a violência dos conflitos no Mato Grosso do Sul. "Nossas armas são as plantadeiras e os tratores, o gado que nós vacinamos, as armas quem tem são os índios. Cabe à Polícia Federal investigar de onde vêm as armas deles, os produtores são pacíficos e estão aguardando soluções do governo federal."

Em outro ponto do evento, Alvimar Costa, de Três Lagoas, também falou sobre a violência nos conflitos. "Se você colocar um dedo nos índios, vai para a cadeia no minuto seguinte, o índio mata o produtor e nada acontece. Isso é culpa da Globo, que esconde do povo o que realmente acontece", resumiu o produtor.

- O governo do Mato Grosso do Sul, por meio do subsecretário de Comunicação, Guilherme Filho, ficou de enviar respostas à Fórum, mas não as recebemos até o fechamento da edição.
- A Funai, após cinco dias de cobranças, informou que não se posicionaria, pois os funcionários não poderiam ser localizados, já que o órgão estava mudando de prédio.



Imbróglio indígena afasta investimentos do Mato Grosso do Sul

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 04.08.2013

"Tenho conhecimento de pelo menos dois grandes investimentos que deixaram de aportar em Mato Grosso do Sul por conta desta indefinição", disse o procurador da república Marco Antônio Delfino, um dos principais responsáveis pela confusão estabelecida no Estado. Delfino tem usado o Ministério Público como departamento jurídico de luxo do Cimi e organizações indigenistas para forçar a expropriação de imóveis rurais reivindicados pela Funai como Terras Indígenas. "E aí se você junta a indefinição, que é uma questão econômica, e a violência, que é uma questão de imagem, as empresas falam simplesmente: eu não venho para cá", prossegue Delfino.

De acordo com dados da Funai, Mato Grosso do Sul possui 50 terras indígenas. Deste número, apenas 26 estão totalmente regularizadas. Onze delas estão na fase de estudo antropológico, duas foram delimitadas, seis já têm portaria declaratória do Ministério da Justiça e cinco foram homologadas, casos em que faltam a expulsão dos não-índios e o registro final em cartório.

Para o assessor jurídico da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul), Carlo Daniel Cordibelli, algumas áreas reivindicadas pelos indígenas são "irreais". Segundo ele, a fuga de investimentos em Mato Grosso do Sul é recorrente por conta da insegurança jurídica no campo. "É uma realidade que atinge toda a região sul do estado. Há a redução de comercialização de terras e frustração de expectativa de novos investimentos, pois existe uma retração de compradores", opina. Nos casos de conflitos, conforme ele, o produtor rural é a primeira vítima. "A violência começa com a invasão de terra. Do dia para noite são invadidas por indígenas, que queimam sede, roubam gado, queimam pasto", diz Cordibelli.

O presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul, Sérgio Longen, considera que a fuga de investimentos em decorrência do conflito agrário pode piorar. "O atual contexto que se apresenta no estado cria obstáculos ao ambiente de negócios, pois a maioria dos municípios envolvidos nesses conflitos já é polo importante ou concentra as principais intenções de investimentos de novos setores, como, por exemplo, o sucroenergético", afirma. Diante do cenário, diz Longen, a geração de emprego fica cada vez mais comprometida. "Todo ambiente de investimentos necessita de elementos indispensáveis à sua realização, como previsibilidade e segurança institucional".

A crise indígena do Mato Grosso do Sul levou à criação de um grupo de trabalho para solução do impasse. Os grupo leva em conta a possibilidade de indenização de terras aos fazendeiros, hoje a legislação expropria da terra dos produtores rurais, mesmo que a tenham adquirido de forma legal. Grupos de estudos foram criados para levantamento dos valores das áreas e viabilização das operações. O prazo para apontamento das soluções termina amanhã, 5 de agosto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 138 / 2013

Brasília, 05 de agosto de 2013.

Os índios pretendem retomar as invasões e depredações caso uma solução não seja apresentada. "A gente está nessa luta e vai continuar. A gente não vai parar. Vamos avançar, retomar e partir para cima. Não vamos brincar mais", disse Ládio Verón, um dos líderes indígenas da região.



Ministro diz que retirada de terra indígena Awá terá PF, Ibama e Exército
SÍTIO PORTAL ORM, 05.08.2013

Ministro da Justiça programa operação, atrasada pela vinda do Papa, já para este semestre

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a desintrusão — retirada dos não indígenas da Terra Awá, no Maranhão — será executada neste segundo semestre, e que o governo irá com tudo: “Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ibama, Funai e apoio logístico das Forças Armadas”. Ele admitiu que será difícil. “Sabemos que haverá resistência, mas lá não há ocupantes de boa fé”. Cardozo garantiu que “a lei será cumprida” e informou que “o Plano Operacional já foi apresentado ao Judiciário”.

Para se concluir que não há ocupantes de “boa fé” — seja grileiros, seja posseiros — foi feito todo um processo de averiguação. Apesar disso, o ministro destacou que haverá dois tipos de tratamento:

— Os posseiros serão incluídos em programas do Incra de reforma agrária. No diálogo com os posseiros atuarão a Funai e a Secretaria Geral da Presidência. Nós sabemos que, como em outros casos, os pobres serão usados pelos grileiros e madeireiros.

Cardozo explicou que essa ação de “desintrusão” vem sendo estudada há algum tempo, mas que era preciso passar a Copa das Confederações e a visita do Papa, que mobilizaram muitos efetivos.

— Agora, as forças estarão concentradas na Operação Awá. Não posso dar detalhes porque eles são sigilosos.

A área da Terra Awá, confirmou o ministro, já foi demarcada e homologada e a ação de desocupação não havia sido realizada antes porque surgiram várias ações na Justiça, e o governo teve que aguardar a decisão.

— Houve a judicialização, mas agora todas as ações foram julgadas e o assunto já transitou em julgado, por isso é a hora da fase da desintrusão. Mas esse é um conjunto complexo de ações que exige a presença da Força Policial.

O ministro disse que o governo aprendeu com a operação de desintrusão da terra Marawatsede no Mato Grosso, onde foram mobilizados 600 homens.

— Foi difícil, porque havia gente armada, preparada para resistir, mas a ação foi bem sucedida. Nós sabíamos que precisávamos primeiro concluir Marawtsede para em seguida ir para a operação Awá.

CONT.



A hora, segundo o ministro, é agora, ao longo deste segundo semestre. Nada vai ser fácil. A chegada do Exército lá em junho foi em outra operação, mas deu uma noção da força do crime. Sebastião Salgado, que acompanhou parte da ação, conta que o Exército encontrou um volume considerável de madeira dentro da floresta:

— Por causa da ação do Ibama, eles usam a própria floresta como local de estocagem da madeira derrubada. Eles calculam que deve ter 40 mil toras de madeira cortadas dentro da mata, o que dá 120 mil m³ de madeira cortada dentro da mata. É praticamente impossível o Exército retirar. Por isso os militares decidiram cortar com motosserra até ficar aqueles toquinhos sem uso comercial.

O fotógrafo acha que só desta forma, com todas as forças do Estado brasileiro, é possível proteger a mata:

— É preciso entender que se fala terra indígena, mas pela lei brasileira a terra é da União. Portanto, proteger esses índios, expulsar os madeireiros e defender essa mata é do interesse dos brasileiros.

Já a a ONG Survival, que trabalha pela preservação do território dos Awá, declarou por e-mail que “a operação chega em um momento crítico”. Citou que nos últimos anos “foram fechadas oito madeireiras, mas há ainda um número considerável de serrarias que funcionam na região”. Lembrou, por fim, que “até agora a operação não entrou na terra indígena onde ainda ocorre o desmatamento ilegal em um ritmo alucinante”.

“O risco ainda é maior para a população de índios isolados que vivem na área e que são extremamente vulneráveis às doenças trazidas pelo contato com os não-índios”, completou.

Fonte: O Globo